

Das lutas à ação: Na busca por plantar outros mundos comuns

Lizete Maria Rubano
Docente na Universidade Mackenzie

Antonio A. Fabiano Jr.
Docente na Universidade Mackenzie

Cristina de Castro Kesselring
Graduanda na Universidade Mackenzie

Elisa Abreu de Freitas
Graduanda na Universidade Mackenzie

Abstract

Este projeto nasceu a partir da demanda dos moradores e agricultores do assentamento Milton Santos, existente há 15 anos em Americana, São Paulo. O trabalho é constituído por uma praça e um galpão de usos comunitários, voltado principalmente para a venda de alimentos agroecológicos produzidos no local. O projeto arquitetônico vem sendo desenvolvido pelos estudantes e professores do Escritório Modelo Mosaico da FAU Mackenzie, em parceria com moradores do assentamento e estudantes do grupo de extensão TERRA da Esalq-USP. Além de desenvolver um espaço que busque contribuir com a geração de trabalho na região, o projeto visa capacitar os agricultores a construir sistemas de geração de energia, tratamento de água e espaços de baixo impacto ambiental. Tendo em vista o crescente projeto nacional de titularização de terras públicas, bem como o Plano Diretor (2018) de Americana, o projeto pretende também contribuir com o fortalecimento dos laços de cooperação entre a comunidade, buscando ampliar sua autonomia frente aos rumos do território. Através de técnicas, práticas e movimento social, este trabalho visa dar apoio ao projeto de Reforma Agrária Popular, idealizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fortalecendo a qualidade de vida dos moradores do campo e da cidade. Estamos cientes de que as diversas crises deflagradas e agravadas pelo surto de covid-19 espalham incertezas sobre as formas que continuaremos habitando a

Terra, agravando ainda mais a noção de que é preciso seguir coletivamente propondo alternativas para as formas que vivemos em sociedade, hoje e no futuro.

Cenário nacional

Brasil e suas lógicas

O Brasil, oficialmente República Federativa do Brasil, é o maior país em dimensão territorial da América do Sul (47,3% do território sul-americano) cujo número é de 8.515.767,049 km². Deste número, o país tem um litoral de 7.491 km lineares, cujos vizinhos são, à sua direita, a imensidão do Oceano Atlântico e uma longínqua África e, à sua esquerda, uma infinidade de terra e seus vizinhos sul-americanos. Por forma, o país é construção e meio ambiente concebidos em atos complementares e indissociáveis, artifício e artefato em um trânsito constante e ao mesmo tempo. *Arte-facto* do lugar feito por quem dali é, a partir da ideia efetiva do valor da produção da construção coletiva, atributo do que é e do que faz cultura, como artifício - *arte-ofício* - do pensamento humano. Eis o poder da cultura. Como essência e origem, no cultivo do tempo e do espaço, cultura é ato em constante percorrer, como instrumento que nos possibilita permitir que pessoas conheçam novas pessoas, que pessoas se reconheçam em outras pessoas e que pessoas enxerguem o solo que as sustentam, assim como sustentam todas as outras pessoas.

Cultura pode ser entendida como vivência do que se cultiva e, dessa experiência, pode nascer pilares provenientes da fascinação e encantamento de mistura de ciências e humanidades, escultura e pintura, bênçãos e credices, beleza e feiura, que dão forma à própria ideia de uma paisagem cultural. Paisagem vem do francês *paysage*, que se compõe do nome *pays* (“país”) e do sufixo *age*,

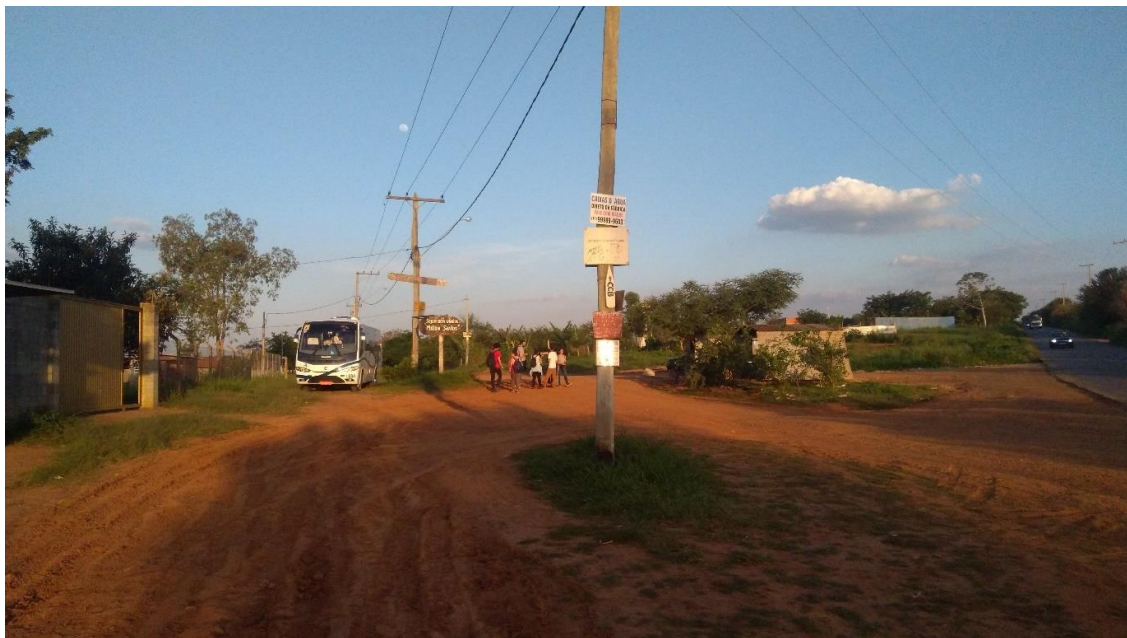


Figura 1. Entrada do assentamento rural Milton Santos, Americana, SP, outubro 2018. Fonte: Mosaico.

análogo francês do sufixo português “ada”. Paisagem é, portanto, um bocado ou uma porção de país. Somos, a partir e apesar das diferenças, um bocado ou uma porção de um mesmo todo.

O censo de 2010 relatou no Brasil uma população total de 190.755.799, com estimativa para 2019, do Diário Oficial da União, de 210.147.125 pessoas morando em seu território. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015 a maior parte da população brasileira, 84,72%, vive em áreas urbanas. Já 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais. A região com maior percentual de população urbana é o Sudeste, com 93,14% das pessoas vivendo em áreas urbanas. A Região Nordeste é a que conta com o maior percentual de habitantes vivendo em áreas rurais, 26,88%. Muita terra e muita gente, distribuídos, à revelia da Constituição do país, de forma bastante desigual. Desigualdade decorrente de processos historicamente também desiguais, regidos desde sempre pelo poder público e pela ação de agentes privados pois sabe-se que, na história do Brasil urbano, a propriedade da terra e seu caráter patrimonialista tiveram papel fundamental para instaurar a desigualdade social (SCHWARTZ, 2019).

Com o objetivo de fortalecer o necessário debate sobre a desigualdade no país, a Oxfam Brasil

lançou, em 2017, o relatório intitulado “A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras” no qual apresenta dados relevantes sobre o tema da desigualdade no país. Dados a saber (OXFAM BRASIL, 2017):

- 5 bilionários brasileiros têm mais dinheiro do que a metade mais pobre do país;
- No Brasil, no início de 2017 [...], mais de 16 milhões de pessoas viviam abaixo da linha da pobreza;
- O Brasil é o país que mais concentra renda no 1% mais rico da população, sustentando o 3º pior índice de Gini na América Latina e Caribe;
- Segundo o último Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Brasil é o 10º país mais desigual do mundo, num ranking de mais de 140 países. Por aqui, a desigualdade é extrema.

Sendo a cidadania e a dignidade humana princípios fundamentais e direitos constitucionais, entre os quais compõe-se como objetivos de nossa República, temos:

1- construção de uma sociedade livre, justa e solidária;

2- erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais;
 3- promoção do bem de todos sem preconceitos ou qualquer discriminação tendo como direitos e garantias que “a casa é o asilo inviolável do indivíduos”, que “a propriedade atenderá a sua função social” que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança (...), a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição”.

Tais objetivos, quando comparados as desigualdades do país, comprovam que nunca conseguimos constituir vida cidadã capaz de buscar “o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” definido constitucionalmente nos artigos 182 e 183.

O que parece importante constatar é que essa situação de desigualdade não se apresenta como ato excepcional, mas como ação cotidiana, como modo de operação do dia a dia de quem pouco acesso tem ao direito à vida. É uma violência como regra da vida e elemento de articulação da própria configuração do nosso território. A luta por um lugar, justamente por esbarrar no nó da terra (MARICATO, 2011) se apresenta como campo de interseção e investigação da prática de pensar e repensar o lugar do ato projetual como território para todos.

A disputa pela construção de espaços com generosidade coletiva, visando desejada universalização do acesso aos equipamentos, habitação e vida pública, coabita com a lógica urbana capitalista. Como resposta, a arquitetura aqui é entendida como espaço de reflexões crítica e propositiva, aos modos e formas de articulação entre comunidade e academia, para a reinvenção política do projeto. Através de práticas e experiências aplicadas no cotidiano do pensar e repensar espacial como instrumentos de resistência, cria-se hipóteses de construção de um movimento de mudança necessária por meio de tomada de consciência, a partir do (re)conhecimento pela própria constituição do direito à vida.

A premissa de colaborações participativas procura a dissolução de muros que separam atividades isoladas no encontro de atos de resistência por meio de micropolíticas (ROLNIK, 2018), na medida que reconhece



Figura 2. Protótipo 1:2 da estrutura do galpão, Mackenzie, maio 2019. Fonte: Mosaico.

estes movimentos como hipótese factível, em ato de dar forma ao mundo para todos, através do resgate da diversidade como lugar de existência, na incansável reparação das desigualdades sociais.

No momento que os corpos são instrumentos de manifestação de liberdade – social e moral -, que os movimentos sociais estão em vias de serem instrumentalizados como atos criminosos e que o poder transformador da cultura tenta ser violentamente eliminado pois sabe-se sua potência de construção em campo arrasado, capaz de levantar do chão tudo o que foi deitado, (SOUZA, 1994), a construção de uma relação que procura o lugar do comum (DARDOT; LAVAL, 2017) pela ideia também da experiência do acesso à terra, age como espaço estratégico de contestação, luta e conquista política festiva. Por sua vocação para a liberdade, na medida em que amplifica e transforma as contradições sociais, a vontade de festejar o espaço de vida coletiva, como abrigo comum através da observação da atividade cotidiana, busca o desejo de pensar a cidade como chamamento que incita a reflexão e a ação à procura de um mundo justo para todos, por meio do pensamento dual entre ação e pensamento, construção e desejo, constructo e desenho, prática e teoria.



Figure 3. Oficina e atividade de plantio, Americana, SP, outubro 2019. Fonte: Mosaico.



Figure 4. Discussão de projeto para o assentamento, Americana, SP, novembro 2019. Fonte: Mosaico.

MST e Mosaico EMAU

Projeto de arquitetura em apoio a Reforma Agrária Popular

O trabalho a ser apresentado une dois corpos que buscam lutar contra a barbárie da desigualdade social, por meio dos seus instrumentos de atuação: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo Mosaico da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Emau Mosaico). Dois corpos juntos por uma luta.

O MST está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país (MST, 2019). No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais e, mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no movimento, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária Popular, luta maior e de extrema necessidade.

O Emau Mosaico¹, implantado por alunos há 14 anos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie, tem como objetivo trabalhar com a sociedade civil no assessoramento de demandas sociais, sendo instrumento importante para a formação acadêmica e social dos envolvidos. No momento tem 5 GTs: Mundaréu da Luz – Campos Elíseos, Milton Santos MST - Americana, Fábrica de Restauro – Bixiga, Unas – Heliópolis e Arouche – Centro. O escritório busca reflexão crítica e propositiva de elaboração de conteúdos de pesquisa projetual, via articulação de parceria academia-comunidade-institutos de pesquisa-poder público, como espaço de pensamento e suporte ao desenvolvimento do projeto atrelado à ideia de realidade concreta e noção de pertencimento de mundo. Tal possibilidade vai de encontro a construção de uma contra-forma pensada como constituição em rede que dialogue com a ação efetiva, através da criação de instrumentos concretos para discutir o direito ao espaço habitado capaz de transformar a cidade em espaço de experiência política.

Tal junção nasce do diálogo entre o desejo da emancipação na busca pela construção da liberdade e a necessária urgência da vida. O trabalho do Mosaico, em parceria com o Grupo Territórios Rurais e Reforma Agrária (TERRA) da Esalq USP, com o assentamento do MST Milton Santos em Americana começou em outubro de 2018 motivado pela possibilidade de

amplificar a potência social da ação, com a intenção de fazer da demanda da comunidade (construção das áreas coletivas: espaço para venda dos produtos orgânicos, apoio didático - supletivo - para os moradores e banheiros e cozinha coletiva) não mais o objetivo final, mas um meio para transmissão de conhecimento. Para isso, propõe-se oficinas regulares de capacitação e assessoramento técnico como lugares de construção de espaços de troca onde se faz possível a colaboração física e a apropriação intelectual do que se produz. É a junção do fazer e do saber fazer, adquirindo características afetivas, simbólicas, de pertencimento e vivência pelo projeto, constituindo construção socioespacial (SANTOS, 1999). Cria-se neste momento também parceria com arquitetos recém-formados para o desenvolvimento e assessoramento de novas técnicas de construção e infraestrutura.

O trabalho coloca o campo da arquitetura como prática capaz de dar subsídios às necessidades do movimento social (MST), suprimindo a falta de direitos mínimos de vivência urbana, como ferramenta para barrar a barbárie social, na busca por um lugar de construção coletiva, enxergando o projeto como estratégia de luta. Para tanto, acredita na interação da população em processo efetivo de criação de projeto e luta comuns.

Com a criação de oficinas técnicas e de assessoramento, pautadas na educação e capacitação do saber fazer, constrói-se, acima de tudo, uma ideia. O fazer construtivo, motivo da mobilização, torna-se agente transformador que retoma o espaço de direito em direção a relações de solidariedade, justiça social e compromisso cívico. Propõe-se assim uma nova perspectiva de cidade através de espaço cidadão que acolhe, produz e troca e discute-se questões da existência urbano-humana no estabelecimento de relações em presença.

Para tanto, pensa-se na construção de cartilha de técnicas e sistemas utilizáveis, abertos e ampliáveis, de suporte para práticas e políticas para comunidades em situações de precariedades, como um elenco de possibilidades técnicas aplicáveis de modos alternativos, visando ampliar a autonomia e emancipação de pessoas em situações vulneráveis, para que se crie modos de capacitação em ofícios, visando a constituição



Figura 5. Pimenta-do-reino produzida pela cooperativa Cooperflora do assentamento Milton Santos, Americana, SP, outubro 2018. Fonte: Mosaico.

de espaços de trabalho e geração de renda. A cartilha é vista como importante instrumento promotor de contestação e luta, no momento em que amplifica e entende as contradições social e econômica como sujeitos que sofrem na pele violências cotidianas. Conjuntamente e fazendo parte da cartilha, são propostas oficinas de capacitação e encontros de debates e apresentação dos resultados propostos. Para o projeto, o papel de centro irradiador do assentamento Milton Santos se anuncia como catalisador de transformação social, não apenas como ponto exemplar, mas como experimento sistêmico, e sua potência para dialogar com outras áreas precarizadas se apresenta de forma contundente. A ideia da emancipação via capacitação e construção coletiva por meio de oficinas se apresenta como ponte de diálogo e prática social, encontrando na materialização da cartilha, ferramenta propositiva como um processo de resistência que retoma o espaço de direito e que reforçam a ideia de vitalidade, diversidade e pluralidade urbanas.

A busca da dignidade humana é vital para a construção de uma sociedade democrática porque a luta para o bem do outro é uma luta coletiva. Neste sentido, acredita-se que a construção de resistência e projeto vai de encontro à criação de uma mudança de imaginário por meio de tomada de consciência, a partir do (re)conhecimento pela própria constituição do direito à cidade (LEFEBVRE, 1981) como ato urgentemente necessário, como ação do futuro no presente no entendimento da construção coletiva como constructo efetivo e sonho realizado. Com o tempo ganha-se o horizonte, junto com o direito de integralmente entender que o espaço, arte-ofício de construção humana, por princípio, é o lugar comum.

Endnotes

1. O trabalho é desenvolvido por grupo de alunos e professores da Faculdade de Arquitetura de Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, sendo todos considerados autores do texto. Professores: Antonio A. Fabiano Jr. e Lizete Maria Rubano; alunos: Bianca Mançano Dantas, Bruna Donegá Alves, Cristina de Castro Kesselring, Elisa Abreu de Freitas, Fabiane Ferreira Soares, Fernanda Silva do Nascimento, Ketlen Danielly da Silva Santos, Letícia Emiko Sumita Fonseca, Livia Nascimento de Jesus, Pedro Barros Serafim, Silvia Ferreira Furtado e arquiteta Paula Pereira.
2. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo editorial. 2017.

3. LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1981.
4. MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.
5. MST. **Quem somos**. 17 set 2019. Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>. Acesso em: 25 set 2019.
6. OXFAM BRASIL. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. 25 set. 2017. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf. Acesso em: 09 set. 2019.
7. PNUD (PROGRAMA DAS AÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). 2017. **Human Development Report 2016**: Human Development for Everyone. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>. Acesso em: 09 set. 2019.
8. ROLNIK, Suely. Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
9. SANTOS, Milton. "Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial". **Território**. Ano IV, n.6, p.5-20, Rio de Janeiro, 1999.
10. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
11. SOUZA, Herbert de; RODRIGUES, Carla. **Ética e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994.